RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

DO SÚDITO AO ELEITOR: CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO POLÍTICA NOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ELEITORAL DE SÃO BORJA/RS (1875-1903)

FROM SUBJECT TO VOTER: CRITERIA FOR POLITICAL INCLUSION AND EXCLUSION IN THE ELECTORAL QUALIFICATION RECORDS OF SÃO BORJA/RS (1875-1903)

DEL SÚBDITO AL ELECTOR: CRITERIOS DE INCLUSIÓN Y EXCLUSIÓN POLÍTICA EN LOS DOCUMENTOS DE CALIFICACIÓN ELECTORAL DE SÃO BORJA/RS (1875-1903)

Cristófer Escobar Ferreira
Licenciado em Ciências Humanas – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGCH/UNIPAMPA). São Borja, RS, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-8735-920X. E-mail: cristoferferreira2@gmail.com

Janilton Fernandes Nunes
Doutor em História – Universidade de Passo Fundo (UPF); professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa (PPGCH/UNIPAMPA). São Borja, RS, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0718-1751. E-mail: janiltonnunes@unipampa.edu.br

Recebido em 01/09/2026 | Aceito em 26/09/2026 | **Publicado em 09/10/2026**

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa em desenvolvimento sobre os critérios de inclusão e exclusão política registrados nos documentos de alistamento e qualificação eleitoral preservados no Arquivo Histórico Municipal de São Borja/RS, entre 1875 e 1903. O estudo parte do problema de compreender quais critérios concretos definiam o acesso à condição de votante ou eleitor e em que medida as práticas locais reproduziam, antecipavam ou divergiam das normas eleitorais nacionais. Adota-se abordagem qualitativa, exploratória e documental, com catalogação sistemática do acervo, seleção intencional de registros para análise aprofundada e cotejo com a legislação vigente. O levantamento preliminar identificou títulos de qualificação, termos de recurso, atas de comissões, livros de alistamento estadual e documentação complementar, incluindo registros que evidenciam a presença de renda, profissão, alfabetização e elegibilidade no processo administrativo. Como entrega técnico-educacional, propõe-se a elaboração do catálogo digital Eleitores de São Borja, com identificação arquivística, transcrição parcial, contextualização histórica, comentário pedagógico e perguntas norteadoras. Espera-se que a pesquisa contribua para a compreensão da cidadania política em escala local, para a organização e divulgação do acervo e para o ensino de Ciências Humanas por meio de fontes primárias produzidas no território dos estudantes.

Palavras-chave

Cidadania Política; Qualificação Eleitoral; Fontes Históricas; Ensino de Ciências Humanas; São Borja.

ABSTRACT

This paper presents an ongoing study of the criteria for political inclusion and exclusion recorded in voter registration and electoral qualification documents preserved by the Municipal Historical Archive of São Borja, Rio Grande do Sul, Brazil, between 1875 and 1903. It seeks to understand which concrete criteria defined access to voter or elector status and to what extent local practices reproduced, anticipated, or diverged from national electoral rules. The study adopts a qualitative, exploratory, and documentary approach, involving the systematic cataloguing of the collection, the purposive selection of records for in-depth analysis, and comparison with the legislation in force. The preliminary survey identified qualification certificates, appeal records, qualification committee minutes, state electoral registration books, and complementary documents, including records that reveal the presence of income, occupation, literacy, and eligibility in the administrative process. As a technical and educational output, the study proposes the digital catalogue Eleitores de São Borja, containing archival identification, partial transcription, historical contextualization, pedagogical commentary, and guiding questions. The expected contributions include a better understanding of political citizenship at the local level, improved organization and dissemination of the collection, and support for teaching Human Sciences through primary sources produced in the students' own territory.

Keywords

Political Citizenship; Electoral Qualification; Historical Sources; Human Sciences Teaching; São Borja.

RESUMEN

Este trabajo presenta una investigación en desarrollo sobre los criterios de inclusión y exclusión política registrados en los documentos de empadronamiento y calificación electoral preservados en el Archivo Histórico Municipal de São Borja/RS, entre 1875 y 1903. El estudio parte del problema de comprender qué criterios concretos definían el acceso a la condición de votante o elector y en qué medida las prácticas locales reproducían, anticipaban o diferían de las normas electorales nacionales. Se adopta un enfoque cualitativo, exploratorio y documental, con catalogación sistemática del acervo, selección intencional de registros para un análisis profundo y comparación con la legislación vigente. El relevamiento preliminar identificó títulos de calificación, términos de recurso, actas de comisiones, libros de empadronamiento electoral estatal y documentación complementaria, incluidos registros que evidencian la presencia de renta, profesión, alfabetización y elegibilidad en el proceso administrativo.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Como producto técnico-educativo, se propone la elaboración del catálogo digital Eleitores de São Borja, con identificación archivística, transcripción parcial, contextualización histórica, comentario pedagógico y preguntas orientadoras. Se espera que la investigación contribuya a la comprensión de la ciudadanía política a escala local, a la organización y difusión del acervo y a la enseñanza de las Ciencias Humanas mediante fuentes primarias producidas en el territorio de los estudiantes.

Palabras clave

Ciudadanía Política; Calificación Electoral; Fuentes Históricas; Enseñanza de Ciencias Humanas; São Borja.

INTRODUÇÃO

O uso do documento histórico enquanto recurso didático no ensino de Ciências Humanas, com foco nos processos de alistamento e qualificação eleitoral, constitui o tema desta pesquisa. O estudo investiga as possibilidades didáticas do alistamento e da qualificação eleitoral enquanto fontes de memória e identidade política, a partir da documentação preservada no Arquivo Histórico Municipal de São Borja/RS. O recorte empírico concentra-se em títulos de qualificação de eleitor, termos de recurso, atas de comissões distritais de qualificação e livros de alistamento eleitoral estadual, produzidos entre 1875 e 1903.

O levantamento preliminar realizado no acervo identificou documentação eleitoral de naturezas variadas, com registros que remontam a 1847, ano em que a Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846, começou a ser aplicada no município, e que se estendem a documentos posteriores, localizados de forma pontual até 1912. Diante da impossibilidade de abranger tamanha extensão documental no tempo disponível para o mestrado, optou-se por um recorte correspondente a um arco de transição institucional específico: o período compreendido entre a vigência das regras de qualificação de votantes ainda sob a legislação imperial anterior à Lei do Terço, o Decreto nº 2.675, de 20 de outubro de 1875, e a consolidação da burocracia eleitoral já sob o regime republicano, representada pelos livros de alistamento estadual do início do século XX.

O ano de 1903 foi definido como marco final por corresponder ao ponto em que a burocracia eleitoral republicana já se encontra plenamente consolidada nos livros de alistamento estadual, fechando o arco de transição institucional que a pesquisa se propõe a investigar, do final do período imperial à afirmação do regime republicano. Esse marco independe da existência ou não de documentação eleitoral posterior no acervo, ainda não integralmente verificada, já que a série de livros de alistamento estadual reúne mais de vinte exemplares, nem todos examinados no levantamento preliminar. Um registro isolado de 1912, de natureza distinta, já foi localizado, o que sugere que a documentação eleitoral do município se estende para além do recorte proposto, sem que isso comprometa a coerência do arco delimitado. O restante da documentação identificada, sobretudo aquela anterior a 1875 e posterior a 1903, permanece como potencial objeto de pesquisas futuras.

Cabe ainda uma delimitação conceitual. O acervo eleitoral do município reúne, sem separação institucional prévia, tanto documentos de alistamento e qualificação quanto atas de eleição propriamente ditas. A pesquisa restringe-se aos primeiros, isto

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

é, aos registros que tratam dos critérios de acesso à condição de votante ou eleitor, e não aos registros de apuração e resultado dos pleitos. A distinção é prática e analítica: enquanto as atas de eleição informam sobre o desfecho de um processo político já em curso, os documentos de qualificação revelam os critérios que definiam, previamente, quem podia dele participar.

Entre os documentos localizados, destaca-se um termo de recurso de 1875 no qual um cidadão formaliza sua contestação ao indeferimento de uma reclamação relativa à qualificação como votante. O caso ilustra o tipo de disputa que a pesquisa pretende investigar sistematicamente, sem que seja tomado, neste momento, como fio condutor da análise, pois sua relevância dentro do conjunto documental mais amplo ainda depende do levantamento a ser realizado.

A pesquisa parte da seguinte pergunta: quais critérios concretos, tal como registrados nos próprios documentos de qualificação eleitoral, definiram a inclusão e a exclusão política dos cidadãos de São Borja entre 1875 e 1903, e em que medida esses critérios locais reproduzem, antecipam ou divergem das normas eleitorais nacionais vigentes no período? A essa questão historiográfica soma-se uma pergunta aplicada: como esse conhecimento, uma vez sistematizado, pode ser convertido em um instrumento didático que auxilie professores de Ciências Humanas a ensinar cidadania de modo concreto, a partir de fontes produzidas no próprio território de seus alunos?

O ensino de Ciências Humanas enfrenta, com frequência, a dificuldade de tornar concretos conceitos percebidos pelos estudantes como abstratos, entre eles o de cidadania política. Os documentos de qualificação eleitoral de São Borja oferecem um caminho para essa aproximação, pois materializam, em registros manuscritos e datados, os critérios que historicamente definiram quem podia votar e quem estava excluído. A viabilidade da pesquisa é reforçada pelo levantamento documental inicial, pela necessidade de organização e descrição da série documental e pela experiência prévia do pesquisador com educação patrimonial no município.

O objetivo geral é investigar os critérios de inclusão e exclusão política registrados nos documentos de alistamento e qualificação eleitoral do Arquivo Histórico Municipal de São Borja, no recorte 1875-1903, convertendo esse conhecimento em um catálogo didático-comentado voltado ao ensino de Ciências Humanas. Para alcançá-lo, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

a) identificar e catalogar sistematicamente os documentos de alistamento e qualificação eleitoral disponíveis no Arquivo Municipal dentro do recorte temporal definido;
b) analisar os critérios de inclusão e exclusão política presentes nesses documentos, entre eles renda, alfabetização, profissão e filiação, relacionando-os com a legislação eleitoral nacional vigente no período;
c) relacionar os achados documentais aos debates historiográficos sobre cidadania e formação política no Brasil;
d) elaborar, para os documentos catalogados, contextualizações históricas, comentários pedagógicos e perguntas norteadoras, alinhados a competências

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

da Base Nacional Comum Curricular como pensamento histórico, análise de fontes e evidências, contextualização e argumentação;
e) validar e sistematizar os resultados na forma de um catálogo didático-comentado, destinado a professores da área de Ciências Humanas e ao próprio Arquivo Histórico Municipal.

Além desta introdução, o texto apresenta o referencial teórico e o contexto profissional, os procedimentos metodológicos, o desenvolvimento e os resultados esperados, a descrição do produto técnico e as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO E CONTEXTO PROFISSIONAL

HISTÓRIA POLÍTICA E QUALIFICAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL IMPERIAL E REPUBLICANO

Richard Graham (1997), em Clientelismo e política no Brasil do século XIX, demonstra que a vida política do período imperial era estruturada, em grande medida, por relações de clientelismo, nas quais a concessão de proteção, cargos e favores em troca de lealdade pessoal e política moldava tanto o acesso ao voto quanto o funcionamento das eleições municipais. Para o autor, “eleições e violência caminhavam juntas” (Graham, 1997, p. 59), na medida em que a disputa por prestígio e apoio local frequentemente extrapolava os limites formais da lei eleitoral. Compreender o processo eleitoral do Império exige, portanto, ultrapassar a letra da lei e observar como essas normas se realizavam, na prática, em cada localidade.

Essa perspectiva é decisiva para a pesquisa, pois desloca o olhar da legislação eleitoral, já bastante estudada em âmbito nacional, para sua aplicação concreta em um município específico. José Murilo de Carvalho (2001) complementa essa leitura ao discutir como a condição de súdito no período imperial convivia com uma promessa incompleta de cidadania política, sujeita a sucessivas reformas que ora ampliavam, ora restringiam o acesso ao voto. Para o autor, o avanço na participação política e na liberdade formal não resultava automaticamente na resolução dos problemas sociais estruturais do país, o que reforça que a inclusão formal no processo eleitoral nem sempre correspondia a uma cidadania plena, ainda que garantisse, ao menos, o exercício do voto.

Os documentos do Arquivo Histórico Municipal de São Borja permitem observar essa tensão em escala local. O termo de recurso de 1875 já identificado, no qual um cidadão contesta o indeferimento de sua qualificação como votante, ilustra como a qualificação eleitoral podia se tornar objeto de disputa entre sujeitos e autoridades locais, em diálogo com as dinâmicas descritas por Graham (1997) e Carvalho (2001) em escala nacional.

MEMÓRIA E IDENTIDADE COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE

Joël Candau (2021) compreende a identidade como uma construção mediada pela memória, nunca uma repetição fiel do passado, mas uma recriação constante, atravessada por interesses, afetos e silenciamentos. Para o autor, “a identidade pessoal e coletiva é construída por meio da memória” (Candau, 2021, p. 22), o que

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

permite compreender os documentos de qualificação eleitoral não apenas como registros administrativos, mas como vestígios de uma memória política que define, para cada época, quem é reconhecido como sujeito pleno de direitos.

Para Le Goff (2003), memória e história mantêm uma relação indissociável, pois a memória constitui simultaneamente objeto e instrumento do trabalho historiográfico. O trabalho do historiador envolve necessariamente um processo seletivo e interpretativo que interage com a memória coletiva, e não uma simples acumulação cronológica de fatos. Essa concepção justifica a abordagem que busca nos documentos não apenas dados isolados sobre renda e alfabetização, mas indícios de uma memória política ainda pouco explorada no âmbito local.

CURRÍCULO COMO CAMPO DE DISPUTA

Tomaz Tadeu da Silva (2010) entende o currículo como campo de disputa, no qual diferentes grupos sociais lutam para fazer prevalecer suas concepções sobre o que deve ser ensinado, como deve ser ensinado e a quem deve ser ensinado. Segundo o autor, “o currículo é um campo de disputas, onde diferentes discursos se enfrentam para definir o que deve ser ensinado e aprendido” (Silva, 2010, p. 15). Nessa perspectiva, o currículo não é neutro, mas expressa escolhas políticas sobre quais saberes merecem espaço na formação dos estudantes. O silenciamento da documentação eleitoral local nas salas de aula de São Borja é, nesse sentido, exemplo concreto do fenômeno descrito pelo autor: um saber disponível, mas sistematicamente deixado de fora do currículo praticado.

EPISTEMOLOGIA E A DUPLA RUPTURA ENTRE CIÊNCIA E SENSO COMUM

Se a história política oferece o objeto da pesquisa, e a memória e o currículo oferecem chaves interpretativas, cabe perguntar por que a investigação não se encerra na produção de conhecimento histórico especializado. Boaventura de Sousa Santos (2006), em Um discurso sobre as ciências, descreve a crise do paradigma científico dominante e propõe um paradigma emergente no qual o conhecimento científico busca deliberadamente transformar-se em senso comum enriquecido. O autor denomina esse movimento de dupla ruptura epistemológica: primeiro, a ciência rompe com o senso comum para constituir conhecimento rigoroso; depois, rompe com o isolamento de seu próprio rigor e devolve à sociedade um saber transformado e acessível.

A primeira ruptura corresponde, nesta pesquisa, ao trabalho de catalogação e análise documental. A segunda corresponde à elaboração do produto técnico, que converte esse conhecimento especializado em catálogo acessível a professores da Educação Básica, evitando que os documentos do Arquivo Histórico Municipal permaneçam isolados do uso pedagógico, ainda que catalogados.

ENSINO DE HISTÓRIA E USO DE FONTES PRIMÁRIAS

Monteiro, Maia e Rocha (2024) defendem que o ensino de História deve ir além da transmissão de conteúdos e datas, promovendo o contato direto com fontes primárias e a reflexão crítica sobre as disputas de sentido em torno do passado. Para

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

os autores, o uso de documentos históricos em sala de aula possibilita o enfrentamento de narrativas únicas, dando visibilidade à multiplicidade de vozes e experiências que compõem a história. Essa abordagem fundamenta a escolha metodológica de trabalhar com documentos originais, e não com versões já sintetizadas em livros didáticos, e dialoga com competências previstas na Base Nacional Comum Curricular, como pensamento histórico, análise de fontes e evidências, contextualização, argumentação e cultura digital.

O PRODUTO TÉCNICO COMO INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Fernanda Carla Wasner Vasconcelos (2020), ao organizar a obra Produtos técnicos como instrumentos de divulgação científica, situa a produção de produtos técnicos como resposta a uma exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior voltada aos programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade profissional. Esses programas devem compartilhar o conhecimento produzido com o público em geral, por meio de formatos como guias, aplicativos, relatórios técnicos e materiais didáticos, e não apenas por meio da dissertação, de circulação restrita ao meio acadêmico. Essa perspectiva reforça que o catálogo proposto não é um apêndice da dissertação, mas parte constitutiva de sua finalidade e forma concreta de devolução social do conhecimento produzido.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa insere-se no campo das Ciências Humanas e será conduzida por abordagem qualitativa, de natureza exploratória e documental, com ênfase na análise crítica de fontes primárias e na elaboração de um produto técnico de caráter didático-arquivístico.

A primeira etapa consiste no aprofundamento da revisão bibliográfica, mantendo os cinco eixos apresentados na fundamentação teórica e incorporando, sempre que necessário, historiografia complementar sobre o voto censitário e a legislação eleitoral do Império e da Primeira República.

A segunda etapa dá continuidade ao levantamento e à catalogação documental, com novas visitas técnicas ao Arquivo Histórico Municipal para identificação sistemática de todos os documentos de alistamento e qualificação eleitoral compreendidos no recorte temporal. Cada documento será registrado em ficha padronizada, contendo tipo documental, data, distrito, estado de conservação e conteúdo resumido.

Diante do volume documental identificado, sobretudo na série de livros de alistamento eleitoral estadual, que reúne mais de vinte exemplares, adota-se uma estratégia de amostragem em dois níveis. No nível geral, todos os documentos do recorte são registrados na ficha básica de identificação arquivística, garantindo o mapeamento completo da série. No nível de análise aprofundada, a investigação concentra-se numa amostra intencional composta por um livro do início do recorte, um do meio e um do final, escolhidos por sua representatividade cronológica, e, dentro de cada livro, por um distrito ou quarteirão específico, selecionado também por critério

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

de representatividade. Os demais documentos permanecem descritos apenas em nível geral, podendo compor levantamentos futuros.

Na terceira etapa, procede-se à análise documental propriamente dita, mediante leitura interpretativa dos registros selecionados, com atenção aos critérios de inclusão e exclusão política. A leitura será orientada pelos princípios da crítica documental histórica, considerando autoria, contexto de produção, finalidade administrativa e condições de circulação de cada documento, de modo a evitar uma leitura que os tome como registros neutros ou transparentes. Os achados serão comparados com a legislação eleitoral nacional vigente em cada momento do recorte, buscando identificar continuidades e particularidades locais.

A quarta etapa corresponde à elaboração dos comentários pedagógicos. Para cada entrada do catálogo, serão redigidos comentário e perguntas norteadoras, fundamentados nas competências da Base Nacional Comum Curricular voltadas à análise de fontes e à empatia histórica.

A quinta etapa será dedicada à validação do material junto a professores de Ciências Humanas, por meio de questionário estruturado que combinará itens em escala Likert sobre clareza e aplicabilidade dos comentários pedagógicos com campos abertos para sugestões qualitativas. Na medida do possível, a etapa será complementada pela observação direta de uma aplicação piloto em turma, com registro de campo do pesquisador e coleta das impressões dos estudantes quanto ao uso dos documentos.

Por fim, a sexta etapa consiste na sistematização final do catálogo, incorporando os ajustes indicados na validação, seguida da redação da dissertação, na qual o percurso teórico-metodológico será articulado aos resultados obtidos. O cronograma prevê revisão e catalogação entre julho e dezembro de 2026, análise documental e elaboração dos comentários entre outubro de 2026 e maio de 2027, qualificação e validação entre janeiro e maio de 2027 e entrega e defesa da dissertação entre junho e julho de 2027.

DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em fase de levantamento, organização e análise inicial das fontes; por essa razão, não apresenta resultados conclusivos. O levantamento preliminar já identificou títulos de qualificação individuais, termos de recurso, atas de comissões distritais de qualificação, livros de alistamento eleitoral estadual, circulares e correspondências oficiais relacionadas ao processo eleitoral. A variedade das fontes permite examinar tanto a identificação administrativa dos indivíduos quanto decisões, contestações e procedimentos que definiam o acesso à participação política.

Um exemplo preliminar evidencia a potencialidade do conjunto. O título de qualificação de um corretor com renda declarada de 200$000 traz, no campo “elegibilidade”, marcação negativa, justificada pela observação de que o qualificado não sabia ler e escrever. Poucos títulos adiante, outros cidadãos de profissão e renda semelhantes aparecem como plenamente elegíveis por serem alfabetizados. O contraste permite observar, na própria caligrafia de 1878 ou 1879, algo que os livros didáticos costumam apresentar apenas como conceito. Embora a exigência de

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

alfabetização tenha sido estabelecida nacionalmente pela Lei Saraiva de 1881, os documentos de São Borja indicam que a condição de saber ler e escrever já desempenhava papel relevante nos processos locais de qualificação eleitoral antes da reforma, aspecto que será analisado à luz da legislação vigente e da prática administrativa registrada no acervo.

O termo de recurso de 1875, no qual um cidadão contesta o indeferimento de uma reclamação relativa à sua qualificação como votante, acrescenta outra dimensão ao problema: os sujeitos não aparecem apenas como nomes em listas, mas também como agentes que recorriam de decisões e disputavam seu reconhecimento político diante das autoridades. A análise sistemática deverá verificar se esses exemplos representam padrões, exceções ou usos específicos dos campos documentais.

Espera-se que o cotejo entre as fontes e a legislação permita reconhecer permanências e mudanças no arco de transição entre o final do Império e o início da República, sem pressupor que a prática administrativa local tenha simplesmente reproduzido a norma nacional. A contribuição pretendida reside justamente em observar como categorias gerais da história política brasileira foram registradas, interpretadas ou disputadas em escala municipal.

No plano educacional, espera-se que a transposição dos achados para o catálogo possibilite aos estudantes trabalhar com evidências históricas do próprio território. A leitura de manuscritos, campos de qualificação, decisões e recursos pode tornar concreta a historicidade da cidadania, mostrando que os direitos políticos foram definidos por critérios mutáveis e por procedimentos administrativos sujeitos a disputas.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO, EDUCACIONAL OU TECNOLÓGICO

Propõe-se o desenvolvimento do produto técnico intitulado Eleitores de São Borja: Catálogo Didático-Comentado de Fontes sobre Alistamento e Qualificação Eleitoral (1875-1903). Trata-se de um instrumento híbrido, que reúne valor arquivístico, pela organização e descrição de um conjunto documental hoje disperso e sem inventário, e valor pedagógico, pelas orientações objetivas oferecidas para o uso didático de cada documento em sala de aula.

Cada entrada do catálogo será composta por cinco elementos. A ficha de identificação arquivística reunirá tipo documental, data, distrito ou quarteirão, localização no acervo e estado de conservação. A descrição e transcrição parcial apresentará resumo do conteúdo e os trechos mais relevantes para fins pedagógicos, como os campos de qualificação e elegibilidade. A contextualização histórica, em duas ou três linhas, situará o documento em relação à legislação ou ao momento político vigente à época de sua produção. O comentário pedagógico indicará o que o documento revela sobre os critérios de cidadania política. Por fim, a sugestão de uso didático apresentará uma ou duas perguntas norteadoras e indicará a competência da Base Nacional Comum Curricular mobilizada, entre elas pensamento histórico, análise de fontes e evidências, contextualização e argumentação.

O catálogo será organizado em blocos temáticos correspondentes às naturezas documentais identificadas: títulos de qualificação individuais; termos de recurso e atas

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

de comissões de qualificação; livros de alistamento eleitoral estadual; e documentação complementar, como circulares e correspondências oficiais relacionadas ao processo eleitoral.

O público-alvo é constituído por professores de Ciências Humanas de São Borja, atuantes nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com potencial de uso também por pesquisadores e pelo próprio Arquivo Histórico Municipal como instrumento de descrição do acervo.

O produto será disponibilizado em formato digital, como PDF navegável com sumário e busca por tipo documental, e entregue à Secretaria Municipal de Educação, ao Arquivo Histórico Municipal e às escolas participantes da etapa de validação. Está prevista também sua apresentação em eventos acadêmicos regionais. Por se encontrar em fase de desenvolvimento, ainda não há link público de acesso ao material.

A validação junto aos professores e, sempre que possível, a aplicação piloto permitirão avaliar clareza, pertinência e aplicabilidade das entradas, incorporando as devolutivas à versão final. O formato digital e a organização modular favorecem a consulta, a circulação e a adaptação das propostas a diferentes turmas e contextos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto articula uma investigação historiográfica sobre os critérios de inclusão e exclusão política em São Borja, entre 1875 e 1903, à elaboração de um produto técnico voltado ao ensino de Ciências Humanas. Seu ponto de partida é a compreensão de que a cidadania política não pode ser estudada apenas pela letra da legislação, pois sua realização concreta também se manifesta nos procedimentos administrativos, registros, decisões e recursos produzidos em cada localidade.

Como a pesquisa permanece em desenvolvimento, os documentos apresentados possuem caráter preliminar e ainda não permitem conclusões sobre a frequência ou a extensão dos critérios identificados. O levantamento sistemático, a seleção da amostra, a crítica documental e o cotejo com a legislação constituem etapas necessárias para verificar permanências, mudanças, aproximações e particularidades locais ao longo do recorte.

A contribuição esperada envolve três dimensões complementares: ampliar o conhecimento sobre a história política local; organizar e divulgar uma série documental ainda sem inventário específico; e oferecer aos professores um catálogo capaz de transformar fontes primárias do município em recursos para o ensino de cidadania. A validação com docentes e, na medida do possível, com uma turma-piloto deverá indicar limites e aperfeiçoamentos necessários antes da sistematização final do produto.

Entre os desafios previstos estão o volume e o estado de conservação do acervo, a definição da amostra aprofundada, a leitura de registros manuscritos e a necessidade de articular rigor historiográfico, descrição arquivística e acessibilidade pedagógica. A documentação anterior a 1875 e posterior a 1903, bem como as atas

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

de eleição propriamente ditas, permanece como possibilidade de continuidade e ampliação em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MONTEIRO, Rafael; MAIA, Aline; ROCHA, Helenice. Das fontes às evidências: ensino de História e a disputa de narrativas sobre o passado. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 108-128, 2024. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/80945. Acesso em: 9 out. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner (org.). **Produtos técnicos como instrumentos de divulgação científica**. Curitiba: Appris, 2020.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica